

ATA DA 375ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO – BIÊNIO 2014/2016

Aos trinta dias do mês de maio do ano dois mil e quatorze, na Sala de Reuniões do Edifício Sede, situada na Rua Boa Vista, nº 200, 1º andar, reuniu-se o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado, sob a Presidência do Senhor Defensor Público-Geral do Estado, Rafael Valle Vernaschi. Presentes os (as) Conselheiros (as): Alexandre Orsi Netto, Augusto Guilherme Amorim Santos Barbosa, Bruno Díaz Napolitano, Bruno Ricardo Miragaia Souza, Horacio Xavier Franco Neto, Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva, Luiz Eduardo de Toledo Coelho, Representando a Corregedoria Geral, Aluísio Iunes Monte Ruggeri Ré, Pedro Antonio de Avellar, Rafael Bessa Yamamura, Wagner Ribeiro de Oliveira, Representando a Ouvidoria Geral, Rafael Negreiros Dantas Lima, e Representando a Apadep, Douglas Ribeiro Basílio. O Presidente iniciou a sessão às 10h01min, comunicando que, nesta semana, esteve presente na posse dos novos integrantes do Condepe, na sede do Ministério Público Estadual. Relatou que, na oportunidade, havia realizado um discurso sugerindo que houvesse a aproximação do órgão nas atividades realizadas pela Defensoria Pública, e comentou a transparência na elaboração da lista tríplice para o cargo de Ouvidor-Geral da Defensoria Pública, no qual o Conselho Superior indicou o candidato mais votado da lista tríplice. Comunicou que, ainda nesta semana, esteve presente no curso de acolhimento aos Defensores Públicos aprovado do VI Concurso de Ingresso na carreira, visando informar que, no período do dia 02 a 10 de junho, os Defensores Públicos realizariam atividades práticas nas unidades de atendimento cível e criminal da Capital. Apontou que, após a escolha de vagas, os Defensores Públicos se apresentarão em suas respectivas unidades de atuação no dia útil seguinte à escolha de vagas, prevista para ocorrer no dia 11 de junho. Por fim, pontuou que, entre os dias 13 a 16 de junho, os Defensores Públicos poderão ser acompanhados pelos Defensores das unidades onde irão atuar. Não havendo mais comunicações da Presidência, e sem comunicações da Secretaria, passou-se ao momento aberto. O Presidente franqueou a palavra à Maria Cecília Ferreira Barros, servidora do Grupo Técnico da Coordenadoria Geral de Administração. Ela proferiu a leitura de uma carta em homenagem ao Defensor Marcos Henrique Caetano do Nascimento, subscrita por Defensores e Servidores, em razão do trabalho realizado com Assistente da 3ª Subdefensoria e como Coordenador da Assessoria da Qualidade. O Presidente endossou a homenagem prestada pelos servidores e Defensores, parabenizando o Defensor Marcos Henrique pela liderança, baseado na cordialidade, humanidade e urbanidade no trato com as pessoas. Consigna-se que os cumprimentos foram reiterados pelos Conselheiros: Horácio Xavier, Luis Gustavo Fontanetti, e o Representante da Corregedoria, Aluísio Iunes. Após, o Presidente franqueou a palavra à Dra Carolina Romani Brancalion, Defensora da Unidade de Itapetininga. Ela informou que atualmente está em exercício na unidade de Itapetininga, mas relatou que havia pedido remoção para a unidade de Piracicaba, em razão de união de cônjuge. Nesse sentido, agradeceu a destinação do terceiro cargo para início das atividades na área criminal em Piracicaba. Prestou informações de que a unidade de Piracicaba é uma das Defensorias do Interior que possui maior índice de população por Defensor, com excessivo gasto de dinheiro público em razão das nomeações e um volume processual também elevado. Observou que em cada vara criminal há dois promotores em atuação, dado o excesso de trabalho, com previsão, ainda, para abertura de nova vara. Com relação à Unidade de Itapetininga, pediu que a proposta de distribuição de cargos fosse reavaliada, uma vez que a unidade é muito demandada para atuação na área cível. Após o Presidente franqueou a palavra ao Defensor Rodrigo Augusto Leal da Silva, recém-ingresso do VI Concurso na carreira. Ele considerou exíguo o tempo previsto pela administração para que os Defensores estejam em suas unidades já no dia 13 de junho. Sustentou que, embora a escolha de vagas fosse realizada no dia 11 de junho, o feriado do dia 12 de junho inviabiliza o período de trânsito do Defensor para apresentar-se ao trabalho no dia 13 de junho, tendo em vista que a expectativa da maioria é para exercer as atividades no interior. Considerou que, no dia 13 de junho, os Defensores antigos estarão preocupados em zerar suas pendências, acarretando prejuízo ao apresentá-los aos promotores, previsto pelo projeto "Defensor amigo". Nesse sentido, sugeriu que a apresentação definitiva ocorresse na nova unidade no dia 16 de junho. O Presidente respondeu que o pedido seria analisado no âmbito da Administração

Superior. Ressaltou que a Defensoria Pública-Geral se preocupou em fornecer um tempo maior para os Defensores do VI Concurso visando dar conhecimento das vagas em aberto e fazerem a escolha adequada. Ressaltou que no dia 13 de junho o dia de expediente será normal na instituição, inclusive com pautas de audiências. Após, o Presidente franqueou a palavra à Servidora Tânia Bianzioli de Oliveira, Agente Psicóloga da Regional Criminal. Ela reiterou o pedido para que o seu processo de afastamento fosse deliberado, destacando a importância da disciplina na área de sua atuação. Apontou que, antes de tomar posse em seu cargo, ela já cursava a disciplina. O Presidente informou que o processo estava em pauta. Após franqueou a palavra ao Defensor Thiago Santos de Souza, da Unidade de Santos. Ele defendeu, em relação ao processo de distribuição dos novos cargos, que o critério da quantidade de audiências realizadas fosse levado em consideração, e sugeriu que fosse levada em consideração também a dificuldade no atendimento ao assistido. Prestou informações com relação à sua atuação das áreas de infância e juventude cível e infracional, bem como a área da infância que possui um público altamente vulnerável. Informou que, em breve, será inaugurada uma nova unidade da Fundação Casa em Santos, observando que o trabalho da área da infância crescerá, por isso, pleiteou o encaminhamento de mais um cargo de Defensor Público, visando dividir o excesso de trabalho. Por fim, solicitou a destinação de mais um Defensor Público para atuar na área cível e fazenda pública em Santos, de modo que possa ser ampliada a atuação em demandas sensíveis. Não havendo mais inscritos ao momento aberto, passou-se as manifestações dos Conselheiros sobre assuntos diversos. O Representante da Ouvidoria Geral, Rafael Negreiros informou que, na próxima sexta-feira, o Sr. Alderon Costa tomará posse no Cargo de Ouvidor Geral da instituição, bem como estará à frente dos trabalhos da Ouvidoria – Geral na próxima sessão ordinária do Conselho Superior. O Conselheiro Luiz Eduardo Coelho considerou que a figura do Defensor amigo deve ser reforçada, e sugeriu que, nos próximos anos, o acolhimento do Defensor Público ocorra na unidade em período prolongado. Considerou que o processo de recepção do novo Defensor devesse ser repensado, visando acolher o Defensor de forma profissional e com técnica mais depurada, relatando que atualmente o Defensor atuante na Comissão de Acompanhamento de Estágio Probatório não pode auxiliar na atividade do Defensor em Estágio Probatório. Nesse sentido, sugeriu que houvesse a criação de um “Defensor Parâmetro” para o recém ingresso, a ser pensado junto com a corregedoria. O Conselheiro Horácio Xavier mostrou a importância do Defensor que auxiliará na atividade aos recém ingressos da instituição, e relatou já ter sido um “Defensor Amigo”. Considerou que, muitas vezes, a questão prática assusta, além de causar insegurança, deste modo, sugeriu que houvesse um período de pelo menos uma semana para que os novos Defensores possam aprender a rotina de trabalho, adaptando-se a realidade da unidade. O Conselheiro Luis Gustavo colocou a Terceira Subdefensoria Geral à disposição dos Defensores Públicos que escolherão as unidades do interior. Relatou que, apesar da celeridade do calendário, com a extensão do curso de formação até o dia 10 de junho, será possível a apropriação das atividades práticas pelos novos Defensores Públicos. O Conselheiro Bruno Napolitano mostrou a dificuldade de estender o período de trânsito dos Defensores que se removeriam no próximo dia 06 de junho, acarretando postos sem Defensores Públicos. Informou que o modelo desenvolvido daria oportunidade dos recém ingressos acompanharem Defensores no atendimento ao público e nas audiências, sem processos em andamento. Com isso, relatou que o modelo diminuiria momentaneamente a ausência do Defensor Amigo. O Conselheiro Alexandre Orsi informou que, nesta sexta-feira, seria seu último dia como Coordenador da Regional de Sorocaba, agradecendo o apoio da Terceira Subdefensoria em tornar possível o gerenciamento da Regional. Aproveitou o ensejo para agradecer aos Defensores Luis Cesar Rossi Francisco, Juliana Saad, Marcos Henrique Caetano do Nascimento e Luis Gustavo Fontanetti, bem como agradeceu o trabalho dos servidores Alexandre Casado e Graciele Rodrigues da Subdefensoria. O Representante da Apadep, Douglas Basílio cumprimentou os Defensores Públicos do interior que compareceram às sessões do Conselho Superior acerca da discussão do processo de distribuição de cargos, considerando que as manifestações indicam a necessidade de que houvesse um debate prolongado sobre o tema. Informou que, na última segunda-feira, iniciou-se o período de inscrições de chapas interessadas em assumir a gestão da Apadep, e comunicou que o prazo terminará no dia 09 de junho. Por fim, mencionou que a promulgação do projeto de emenda constitucional que visa à obrigatoriedade de

26

fixação de Defensores Públicos em todas as comarcas do país está prevista para ocorrer na próxima quarta-feira. O Conselheiro Horacio Xavier sugeriu a realização de uma reunião administrativa do Conselho Superior, visando discutir quais estratégias a serem adotadas para combater a investida da OAB contra a Defensoria Pública. O Conselheiro Pedro Avellar relembrou a existência de processos de promoção em pauta, e pediu que os Conselheiros pudessem dar continuidade neste, e dos demais níveis. Considerou que, em todas as áreas de atuação da Defensoria, muitas vezes, os Defensores não tem conhecimento das atividades que ocorrem fora de sua respectiva atribuição. Citou que, na área da infância e juventude, em que atua, o número de processos é menor se comparado com a área da família. Neste sentido, considerou que caberá aos Conselheiros entender as peculiaridades de cada área. O Representante da Corregedoria-Geral, Aluísio Iunes pediu comprometimento dos Conselheiros na aprovação da proposta de Código de Ética da Defensoria Pública, elaborado com base no modelo aprovado pelo Conselho Nacional de Corregedores Gerais. Avaliou que o código de ética dá aos Defensores garantias para atuar perante a sociedade e auxilia no cumprimento das missões institucionais estabelecidas pela Constituição. Nesse sentido, ponderou que a Defensoria de São Paulo, ainda é uma das poucas que ainda não aprovaram o Código de Ética. Avaliou a importância de expandir o Centro de Atendimento Multidisciplinar na mesma medida em que se expande a Defensoria, justificando que o CAM permite alcançar um modelo sustentável de justiça, voltado para a pacificação extrajudicial dos conflitos. Enalteceu o trabalho desenvolvido pela Primeira Subdefensoria, de modo que fosse estabelecida uma atuação institucional durante a Copa do Mundo. Avaliou a importância de pré-determinação do modelo, a fim de evitar uma atuação precária, voluntarista ou amadora. Por fim, lamentou a morte de mais uma pessoa pela violência da Polícia Militar, relatando que, nesta manhã, assistiu a um vídeo exibido pela imprensa, no qual mostrava a violência do Estado, vitimizando o pobre e o negro, episódio sensível ao trabalho da Defensoria. Não havendo mais inscritos para manifestações entre os Conselheiros, passou-se a ordem do dia. O Presidente ingressou na ordem do dia, chamando para discussão os processos urgentes, após os Conselheiros elencarem. Chamou para discussão o processo CSDP nº 220/14 (Excetuado a pauta). Interessado: Thiago Santos de Souza. Assunto: Pedido de afastamento para participação, como palestrante, no Encontro dos Defensores Públicos da Infância e Juventude, nos dias 05 e 06 de junho de 2014. Relator: Conselheiro Horácio Xavier. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de deferir o afastamento, sem ônus para instituição. O Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, deferir o pedido de afastamento do interessado. CSDP nº 222/14 (Excetuado a pauta). Interessado: Mario Augusto de Figueiredo. Assunto: Impugnação a lista de antiguidade para fins de remoção, publicada no DOE de 24 de maio de 2014. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo. O relator proferiu a leitura de seu voto no sentido de indeferir o pedido de impugnação do interessado, no qual o interessado deveria ter realizado o pedido junto ao departamento de recursos humanos no período recursal. Sugeriu que o Departamento de Recursos Humanos, ao publicar a lista de antiguidade retificada, publicasse que a lista é decorrente de correções e/ou impugnações. O Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. Determinou que a Secretaria do Conselho comunicasse, por mensageria oficial, ao Departamento de Recursos Humanos para que as próximas listas de antiguidade constassem na publicação, que está sendo republicada por correções após o prazo de impugnações. Por fim, o Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, indeferir recurso do interessado. CSDP nº 218/14 (Excetuado a pauta). Interessado: Primeira Subdefensoria Pública-Geral do Estado. Assunto: Proposta de abertura de inscrições para formação da lista triplíce para o cargo de Corregedor Geral da Defensoria Pública do Estado. Relator: Conselheiro Bruno Diaz Napolitano. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de publicar a abertura de inscrições, visando compor a lista triplíce, no período de 16 de junho até 30 de junho. Pediu que o comunicado fosse publicado no dia 14 de junho para que não tenham dúvidas no momento da inscrição. O Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, deferir a abertura de prazo de

inscrições para o Cargo de Corregedor Geral, nos termos do comunicado a ser publicado oportunamente. CSDP nº 205/14. Interessado: Coordenador Regional de Campinas. Assunto: Proposta de abertura de Concurso Regionalizado para Unidade Vila Mimosa. Relator: Conselheiro Bruno Ricardo Miragaia. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de deferir o pedido da regional, sugerindo que os autos fossem remetidos à Coordenadoria de Administração para que fosse abertas inscrições no prazo de uma semana, visando compor a banca examinadora, de preferência a ser formada por Defensores Públicos da Unidade ou mesmo da Regional. Sugeriu ainda que, após a homologação da banca examinadora, os autos sejam remetidos ao DRH para adotar medidas cabíveis para elaboração do respectivo edital de abertura das inscrições, com a devida indicação do número de vagas em aberto. O Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, deferir a abertura de prazo para inscrições da Banca Examinadora, remetendo-se os autos à Coordenadoria Geral de Administração.

CSDP nº 217/14. Interessada: Tania Biazoli de Oliveira. Assunto: Pedido de afastamento para cursar a disciplina "Educação e Mundo Moderno no Pensamento Político de Hannah Arendt", no curso de mestrado, no período de 14 de março a 05 de junho de 2014. Relator: Conselheiro Rafael Bessa Yamamura. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de deferir o pedido de afastamento da interessada, às sextas-feiras. O Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, deferir o afastamento da interessada.

CSDP nº 210/14. Interessada: Defensoria Pública Geral do Estado. Assunto: Proposta de fixação do padrão de lotação e atribuições para a distribuição dos novos cargos de Defensores Públicos. Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Presidente pediu que os Conselheiros destacassem os pontos a serem discutidos, visando dar andamento aos debates. Consigna-se que os seguintes pontos foram levantados: a) Unidade Júri da Capital; b) Abertura das Unidades Jacareí e Franco da Rocha; c) Criação de uma unidade em Bragança Paulista; d) Atendimento nos Juizados de Violência Doméstica da Capital; e) Extinção do Pólo Especializado de Santo Amaro; f) Destinação de um cargo para atuação no JVD de Sorocaba; g) Um segundo afastamento para o Núcleo de Defesa do Consumidor; h) Destinação de um cargo para atuação na área da infância e juventude de Santos; i) Destinação de mais um cargo para atuação na área Criminal de Santo André; j) Destinação de mais um cargo para atuação criminal na Unidade São José do Rio Preto; k) Afastamento para a Assessoria Parlamentar e Subchefia de Gabinete. Após, o Presidente iniciou as discussões com o primeiro item, ou seja, Unidade Júri da Capital. Abriu a palavra aos Conselheiros. O Conselheiro Bruno Miragaia considerou importante cobrir todos os Tribunais do Júri da Capital, porém avaliou ser inadequado fazê-lo sem um debate acerca da readequação dos cargos da Unidade Júri. Considerou que, neste momento, existem outras áreas sensíveis, citando o atendimento aos presos provisórios e um reforço na atuação cível. O Conselheiro Augusto Guilherme defendeu a manutenção da proposta de envio de três cargos para atuação no Tribunal do Júri de Santo Amaro, justificada pela demanda sensível, que envolve crimes dolosos contra a vida. Acompanhou o entendimento o Conselheiro Luiz Eduardo Coelho. O Conselheiro Bruno Miragaia manifestou não ser contrário ao reforço, mas acredita não ser o momento, diante de outras áreas prioritárias. O Conselheiro Rafael Bessa opinou pela manutenção da proposta de envio de três cargos, e considerou que a parametrização da atuação nos Tribunais do Júri devesse ocorrer no bojo do processo de revisão das atribuições. O Conselheiro Wagner Ribeiro avaliou que o trabalho no Tribunal do Júri de Santo Amaro pudesse ser abarcado por Defensores que já atuam na Unidade Júri, diante dos números apresentados. O Conselheiro Bruno Napolitano relatou que, de acordo com os dados da Assessoria de Convênios, cerca de vinte plenários são realizados por mês no Tribunal do Júri de Santo Amaro, e pontuou que, posteriormente, será possível incluir nesses cargos a atribuição para atuarem nos Tribunais do Júri de Pinheiros e Santana. O Conselheiro Luiz Eduardo Coelho mostrou a importância de determinar quais as atribuições da Unidade Júri, visando facilitar a identificação de qual Tribunal os Defensores devem atuar, caso fosse necessário. O Conselheiro Horacio Xavier manifestou que a Unidade Júri não recebe cargos desde o ano de 2007, e defendeu que, caso fossem destinados cargos ao local, que

fosse para atuar no Tribunal do Júri de Santo Amaro. O Conselheiro Pedro Avellar analisou que os números apresentados são relevantes, porém não devem ser os únicos fatores a serem considerados no momento da expansão. Manifestou que há particularidades nas unidades que apenas os Defensores que atuam no local conhecem, nesse sentido, defendeu que houvesse a destinação de três cargos para atuação no Tribunal do Júri de Santo Amaro. O Conselheiro Alexandre Orsi concordou com a preocupação levantada pelo Conselheiro Bruno Miragaia, mas manifestou favoravelmente pela manutenção de três cargos, avaliando ser imprescindível um debate em torno das atribuições. O Representante da Ouvidoria Geral, Rafael Negreiros mostrou a necessidade de aguardar o processo de parametrização, visando ter cautela na destinação de cargos ao local, a fim de evitar que posteriormente as atribuições fossem alteradas devido ao número excessivo de Defensores da Unidade Júri. Apontou que, mesmo após oito anos da criação da Lei Maria da Penha, a instituição ainda não conseguiu efetivar os direitos da mulher vítima de violência. O Representante da Corregedoria Geral, Aluisio Iunes manifestou que a instituição deve expandir baseada em números seguros, e considerou que, no momento, não há maturidade para avançar na destinação de cargos do Tribunal do Júri de Santo Amaro. Por fim, acompanhou o entendimento do Conselheiro Bruno Miragaia, e defendeu que a expansão se dê após estudos aprofundados. Após as manifestações, o Presidente encaminhou para deliberação, a manutenção de cargos para a Unidade do Júri. O Conselho Superior DELIBEROU, por maioria de votos, manter três cargos para a Unidade Júri. Vencidos os Conselheiros Wagner Ribeiro, Bruno Miragaia e Aluisio Iunes, que votavam pela exclusão. Após deliberarem, o Presidente deu continuidade à ordem de destaques, chamando para discussão o item "Abertura das Unidades Jacareí e Franco da Rocha". Abriu a palavra aos Conselheiros. O Conselheiro Luiz Eduardo Coelho manifestou contrariedade de abrir unidades sem infraestrutura apropriada, avaliando ter sido um equívoco da administração anterior, causando traumas nos Defensores e frustrando a população. Nesse sentido, opinou pela abertura de apenas uma das unidades, e que a outra fosse contemplada no próximo movimento de expansão. O Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti informou que os imóveis já estão locados e ficariam fechados com o aluguel sendo pago por mais de um ano, caso optassem por não abrir as unidades. Nesse sentido, opinou pela abertura de ambas as unidades, e relatou que o processo de estruturação já havia sido iniciado, sendo possível trabalhar com os Defensores designados por três meses. O Conselheiro Augusto Guilherme apontou que, diante do relato da Terceira Subdefensoria, acredita que será possível fazer a abertura das unidades. Avaliou que há uma expectativa gerada na população pela abertura das unidades, e analisou que os Defensores que já atuam nas cidades permaneceriam com sobrecarga de trabalho por mais tempo. O Conselheiro Horácio Xavier acompanhou o entendimento do Conselheiro Luiz Eduardo, e defendeu que houvesse a abertura de apenas uma unidade, justificando que caso haja a destinação de Defensores por três meses, a instituição teria que arcar com diárias e substituições. O Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti avaliou que o risco já havia sido mensurado, no momento em que a atual administração optou por inviabilizar a abertura das unidades em Cubatão, Francisco Morato, Suzano e Itapeverica da Serra. O Representante da Corregedoria Geral, Aluisio Iunes opinou pela abertura de ambas as unidades, visando a cumprir o disposto no projeto de emenda constitucional aprovado, que prevê a presença de Defensores em todas as comarcas do país. Relembrou que, no momento da abertura das unidades com dois Defensores, houve a sinalização de que elas receberiam reforço neste momento de expansão. O Conselheiro Bruno Miragaia opinou pela manutenção da abertura das duas unidades, pois, do contrário, iria se fortalecer o modelo de cidades atendidas com apenas dois Defensores. Por fim, pontuou que Jacareí e Franco da Rocha possuem população vulneráveis e que os Defensores designados podem desempenhar bons trabalhos, inclusive nas comarcas onde serão lotados. O Representante da Ouvidoria Geral, Rafael Negreiros analisou que há uma discrepância entre as duas cidades, e citou que em Franco da Rocha haveria destinação de quatro cargos, embora a comarca tenha duas unidades prisionais e uma população mais vulnerável que Jacareí, que atuaria com seis Defensores. O Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti esclareceu que o número maior de cargos em Jacareí se justifica pelo volume na área criminal e de família, maior do que em Franco da Rocha. Após as manifestações, o Presidente encaminhou para deliberação pela abertura de ambas as unidades. O Conselho Superior DELIBEROU, por maioria de votos, abrirem as Unidades de Franco

da Rocha e Jacareí, vencido os Conselheiros Alexandre Orsi, Luiz Eduardo de Toledo Coelho e Horácio Xavier, que votavam pela abertura de apenas uma das unidades. Após, o Presidente encaminhou para deliberação a destinação da quantidade de cargos às unidades. O Conselho Superior DELIBEROU, por maioria de votos, manterem 02 cargos da Unidade de Franco da Rocha e 04 na Unidade de Jacareí. Vencidos os Conselheiros Alexandre Orsi, Horácio Neto e Luiz Eduardo de Toledo Coelho. Após deliberarem, o Presidente prosseguiu com a ordem de destaques, chamando para discussão o item “Criação de uma unidade em Bragança Paulista”. Abriu a palavra aos Conselheiros. O Conselheiro Horacio Xavier considerou importante a criação da Unidade Bragança Paulista, mas pontuou que seria inviável fazê-la neste momento com apenas dois Defensores, justificando que criaria uma situação precária e caótica, especialmente no caso de substituições. O Conselheiro Luis Gustavo concordou com o entendimento, mas pontuou que se trata de uma situação peculiar, no qual um Defensor lotado na Unidade Franco da Rocha, viaja para atuar na VEC e medidas socioeducativa em Atibaia e Bragança Paulista. O Representante da Corregedoria Geral, Aluisio Montú opinou pela abertura da Unidade Bragança Paulista, e acrescentou que o trabalho na VEC e em medidas socioeducativa não se limita à atuação processual, pois há audiências, visitas e atendimentos aos familiares. Reiterou a necessidade de observância da PEC nº 4/2014, visando expandir a atuação da Defensoria Pública pelo Estado. O Conselheiro Alexandre Orsi mostrou a necessidade de cautela no processo de expansão, e justificou que a PEC determina um prazo de oito anos. O Conselheiro Rafael Bessa esclareceu que, nesses locais, não será iniciada uma nova atuação da Defensoria, por já existir Defensores trabalhando processualmente nessas localidades. O Conselheiro Horacio Xavier manifestou que a exclusão da unidade no processo de expansão não iria acarretar retrocessos, justificando que instituição não deixaria de atuar processualmente no local. O Conselheiro Luiz Eduardo Coelho apontou que, apesar de discordar do modelo, diversos Defensores fazem deslocamentos para atuar em VEC e medidas socioeducativa, avaliando não ser uma exclusividade do Defensor que está em Franco da Rocha. O Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti informou que a abertura da Unidade Bragança Paulista corrige um erro cometido no processo de expansão anterior, e que, além disso, a cidade está entre os 10 municípios com maiores índices de fragilidade. O Representante da Corregedoria, Aluisio Lunes concordou que o Defensor Público deve encontrar condições adequadas de trabalho, mas pontuou que não se pode deixar de considerar o avanço na assistência jurídica naquelas localidades que receberam o atendimento da Defensoria Pública, mesmo com apenas dois cargos. Citou Mauá como exemplo, onde os adolescentes que cumpriam medidas socioeducativas aguardavam as audiências na garagem do Fórum e que o problema somente foi solucionado após a chegada da Defensoria na cidade. Após, o Presidente encaminhou para deliberação a manutenção de dois cargos e a criação da Unidade de Bragança Paulista. O Conselho Superior DELIBEROU, por maioria de votos, manterem 02 cargos da Unidade Bragança Paulista. Vencidos os Conselheiros Pedro Avellar, Luiz Eduardo, Alexandre Orsi e Horácio Xavier, que votavam pela exclusão. Após deliberarem, o Presidente seguiu com a ordem de destaques, chamando para discussão o item “Atendimento nos Juizados de Violência Doméstica da Capital (JVD)”. Franqueou a palavra aos Conselheiros, informando que a proposta da administração atual é pela destinação de oito cargos. O Conselheiro Bruno Miragaia defendeu a destinação de oito cargos para a atuação nos Juizados de Violência Doméstica da Capital, desde que o atendimento fosse realizado de forma descentralizada. Sugeriu que os cargos fossem divididos entre os sete JVDs existentes, de acordo com a demanda. O Conselheiro Pedro Avellar concordou com a atuação descentralizada nos JVDs, mas com a destinação de seis cargos para a atividade. O Representante da Ouvidoria Geral, Rafael Negreiros lembrou que o atendimento à mulher vítima de violência foi uma forte reivindicação dos movimentos sociais durante os Ciclos de Conferência, reafirmando a atuação do Núcleo de Defesa da Mulher perante a um público muito sensível. Defendeu a manutenção da destinação de oito cargos para a atividade. O Conselheiro Rafael Bessa manifestou que, durante contato com as Coordenadoras do Núcleo de Defesa da Mulher, percebeu que o modelo de atendimento centralizado não está amadurecido. Identificou problemas no deslocamento dos Defensores e na logística de ciência e transporte dos autos de processos. Assim, opinou em favor de um modelo descentralizado, que possibilite à mulher vítima de violência um atendimento na unidade mais

próxima de sua casa. O Conselheiro Wagner Ribeiro acompanhou o entendimento de Rafael Bessa e lembrou que o modelo descentralizado se assemelha com a realidade do interior, mostrando a importância da padronização dos atendimentos. Contudo, opinou pela absorção das demandas dos JVDs de maneira descentralizada, com a destinação de seis cargos, sendo distribuído 2 para atuação no JVD Norte, 2 no JVD Sul e outros 2 no JVD Leste. Opinou ainda que, os Juizados da Perha, Butantã e Vila Prudente seriam contemplados no próximo processo de expansão. A Coordenadora do Núcleo de Defesa da Mulher, Ana Paula Meirelles presente à sessão, analisou que a proposta não é a ideal, apesar de haver avanços. Pediu que o Conselho se comprometesse em expandir o atendimento para os demais Juizados no próximo processo de expansão. Consigna-se que a Defensora Mariana Bianco, esteve presente a sessão, e indagou como ficaria sua situação com a criação de uma unidade especializada no atendimento da mulher vítima de violência, justificando que atua no JVD Central em favor da vítima. O Colegiado consensuou que não haveria alterações nas atribuições, mas que no próximo processo de expansão, poderia haver reforço na atividade. Após, o Presidente encaminhou para deliberação a descentralização da atuação nos JVDs. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, realizar a atuação nos Juizados de Violência Doméstica de forma descentralizada. Após, encaminhou para deliberação a sugestão do Conselheiro Wagner Ribeiro. O Conselho Superior DELIBEROU, por maioria de votos, nos termos da sugestão do Conselheiro Wagner Ribeiro, destinar de seis cargos para atuação nos Juizados de Violência Doméstica. Vencidos os Conselheiros Bruno Napolitano, Luis Gustavo Fontanetti, Aluísio Iunes e Bruno Ricardo Miragaia, que votavam pela manutenção de oito cargos. Consigna-se que o Colegiado prorrogou a discussão dos demais itens destacados. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a 65ª Sessão Extraordinária, a ser realizada no dia 02 de junho de 2014. CSDP nº 1172/09. Interessado: Segundo Subdefensor Público-Geral. Assunto: Proposta de Edição de Código de Ética. Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 353/13. Interessado: Presidente da Comissão de Prerrogativas. Assunto: Relatório semestral de atividades da Comissão de Prerrogativas (outubro de 2012 a abril de 2013). Relator: Conselheiro Rafael Bessa Yamamura. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 355/13. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo. Assunto: Proposta de deliberação, que cria a função de Coordenador (a) de Habitação, Urbanismo e Questões Agrárias e fixam suas rotinas administrativas. Relator: Conselheiro Bruno Ricardo Miragaia Souza. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 356/13. Interessados: Tatiana Semensatto de Lima Costa e Fernando Artacho Carvalho Martins. Assunto: Proposta de alteração das atribuições na Regional de Osasco - Unidade Carapicuíba (1ª e 3ª Defensoria Pública da Unidade Carapicuíba). Relator: Conselheiro Bruno Diaz Napolitano. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 012/14. Interessada: Defensoria Pública-Geral do Estado. Assunto: Concurso de promoção do nível I para o nível II, relativo ao ano de 2014. Relatora: Conselheira Juliana Saad. Revisor: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. CSDP nº 012/14. Interessada: Defensoria Pública-Geral do Estado. Assunto: Concurso de promoção do nível I para o nível II, relativo ao ano de 2014. Relatora: Conselheira Juliana Saad. Revisor: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. (Processo nº). (Interessado/a): 014/14- Benno Buchman. 015/14- Luiza Ferreira Coelho. 016/14- Saulo Dutra de Oliveira. 017/14- Luis Fernando Vilas Boas Bonachela. 018/14- Juliano Bassetto Ribeiro. 019/14- Rodrigo de Almeida Castro. 020/14- Fabricio Keidy Arakaki. 021/14- Felix Roberto Damas Junior. 022/14- Diogo Cesar Perino. 023/14- Guilherme Augusto Campos Bedin. 024/14- Juliana Martins de Carvalho Monnerat. 025/14- Flavia Quintaes Louvain Coelho. 026/14- Amanda Ruiz Babadopulos. 027/14- Mariana Melo Bianco. 028/14- Debora Lopes de Carvalho. 029/14- Ricardo Jorge Kruta Barros. 030/14- Mariana Zakia Cavalcanti. 032/14- Rosely Galvao Mota. 033/14- Leonardo Scofano Damasceno. 035/14- Rebeca Barbosa Leite da Freiria Estevão. 036/14- Mario Henrique Ditticio. 037/14- Elisa Maria Rudge Ramos da Silva Telles. 038/14- Fernanda Caccvali Macedo. 039/14- Fabiana Julia Oliveira Resende. 040/14- Andre Spilari Bernardi. 041/14- João Paulo dos Santos. 042/14- Rafael

Lessa Vieira de Sá Menezes. 044/14- Monica Godano Schlotdmann. 045/14- Bruno Cesar da Silva. 046/14- Rafael Folador Strano. 047/14- Cristina Son. 048/14- Carla Pinheiro Martins. 049/14- Andrea da Silva Lima. 050/14- Renata de Mello. 051/14- Paula Vieira Salles. 052/14- Jose Rodolfo Stutz Cunha. 053/14- Priscilla Batista Bastos. 054/14- Eduardo Jacomo Teixeira. 055/14- Danielle Cristina Uemura. 056/14- Thaluanne Fonseca. 057/14- Bruno Girade Parise. 058/14- Ana Livia Mottola. 059/14- Douglas Tadashi Magami. 060/14- Carolina Leite Lopez de Leon. 061/14- Gustavo Rodrigues Minatel. 062/14- Luiza Lins Veloso. 063/14- Matheus Bortoletto Raddi. 064/14- Adriano Lino Mendonça. 065/14- Virginia Sanches Rodrigues Caldas Catelan. 066/14- Felipe Capra da Cunha Lopes. 067/14- Augusto Guilherme Amorim Santos Barbosa. 068/14- Danilo Martins Ortega. 069/14- Mariana Salomão Carrara. 070/14- Marta Morena Maluly Cardoso. 071/14- Bernardo Faeda e Silva. 072/14- Luciana Angelo Almeida Santos. 073/14- Larissa Grimm Bakri. 074/14- Douglas Ribeiro Basilio. 075/14- Simone Lavelle Godoy de Oliveira. 076/14- Ricardo Lourenço Dias Ferro. 077/14- Erik Saddi Arnesen. 078/14- Maria Clara Paletta Lomar. 079/14- Beatriz Sutti Ferreira. 080/14- Rafael Soares da Silva Vieira. 081/14- Milena Jackeline Reis. 082/14- Roseleine Aparecida da Silva. 083/14- Aurea Maria de Oliveira Manoel. 084/14- Bruna Gonçalves Loureiro de Andrade Barros. 085/14- Cristina Emy Yokaichiya. 086/14- Adriana Mas Rosa. 087/14- Veronica dos Santos Sionti. 088/14- Vanessa Alves Vieira. 089/14- Flavio de Oliveira Frias. 090/14- Mariana Pagano Gil. 091/14- Ana Paula de Souza Campos. 092/14- Daniel Mobley Grillo. 093/14- Orivaldo de Sousa Ginel Junior. 094/14- Paulo Andre Costa Carvalho Matos. 095/14- Renata Oliva Monteiro. 096/14- Silvia Caniver Drago. 097/14- Ana Braga Nobre Correia. 098/14- Camila Paronetti Silva. 099/14- Anna Cecilia Silva Ferreira de Oliveira. 100/14- Andre Cadurin Castro. 101/14- Mario Eduardo Bernardes Spexoto. 102/14- Arthur Soares Pinto Moser. 103/14- Luciano Pereira de Andrade. 104/14- Jonas Zoli Segura. 105/14- Karina Santos Salvador. 107/14- Maria Teresa Bastia Vichi. 109/14- Juliana Alves de Almeida. 110/14- Fabio Henrique Esposto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, no que tange os processos acima listados, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 034/14. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (agosto de 2013 a janeiro de 2014). Relator: Conselheiro Bruno Diaz Napolitano. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 114/14. Interessado: Cesar Augusto Luiz Leonardo. Assunto: Proposta de Deliberação que concede afastamento, verba de representação e possibilita a nomeação de Defensor Público Assessor aos Conselheiros eleitos no âmbito do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Relatora: Conselheira Marcia Regina Garutti. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 118/14. Interessada: Cristina Emy Yokaichiya. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 206/11 (que regulamenta o concurso de remoção a pedido no âmbito da Defensoria Pública do Estado). Relator: Conselheiro Bruno Diaz Napolitano. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 126/14. Interessado: Alessandro Izzo Coria. Assunto: Impugnação a lista de antiguidade para fins de promoção, publicada no DOE de 15 de março de 2014. Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 127/14. Interessada: Fabiana Botelho Zapata. Assunto: Impugnação a lista de antiguidade para fins de promoção, publicada no DOE de 15 de março de 2014. Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 129/14. Interessada: Patricia Simeonato. Assunto: Impugnação a lista de antiguidade para fins de promoção, publicada no DOE de 15 de março de 2014. Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 131/14. Interessado: Felipe Pires Pereira. Assunto: Impugnação a lista de antiguidade para fins de promoção, publicada no DOE de 15 de março de 2014. Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 151/14. Interessada: Coordenadora do

Núcleo Especializado de Segunda Instância e Tribunais Superiores. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (julho a dezembro de 2013). Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 183/14. Interessado: Coordenadora do Núcleo Especializado dos Direitos do Idoso e da Pessoa com Deficiência. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (outubro a março de 2014). Relator: Conselheiro Bruno Diaz Napolitano. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 198/14. Interessado: CONDEPE. Assunto: Apresentação da lista triplíce para preenchimento do cargo de Ouvidor - Geral da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Relatora: Conselheira Franciane de Fátima Marques. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 002/13. Interessado: Adriano Pinheiro Machado Buosi. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Bruno Ricardo Miragaia Souza. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 043/13. Interessada: Fernanda Fernandes Gomes Rozo. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Bruno Ricardo Miragaia Souza. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 065/13. Interessada: Lígia Stroesser Figueiroa. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Bruno Diaz Napolitano. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 073/13. Interessado: Marcos Vinicius Manso Lopes Gomes. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Bruno Diaz Napolitano. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 002/12. Interessado: Dione Ribeiro Basílio. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Rafael Bessa Yamamura. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 100/13. Interessada: Stefanie Kornreich. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Rafael Bessa Yamamura. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. Não havendo mais processos na ordem do dia, o Presidente deu por encerrada a sessão. Eu, Sarah Rocha Tininis, Secretária do Conselho Superior da Defensoria Pública, lavrei esta ata, que será objeto de aprovação na abertura dos trabalhos da próxima sessão. São Paulo aos trinta dias do mês de maio do ano de 2014.

Rafael Valle Vernaschi
Presidente

Aluisio Iunes Monti Ruggeri Re
Representante da Corregedoria-Geral

Bruno Diaz Napolitano
Conselheiro

Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva
Conselheiro

Augusto Guilherme Amorim Santos Barbosa
Conselheiro

Alexandre Orsi Netto
Conselheiro

Bruno Ricardo Miragaia de Souza
Conselheiro

Horácio Xavier Franco Neto
Conselheiro



Luiz Eduardo de Toledo Coelho
Conselheiro

Rafael Bessa Yamamura
Conselheiro

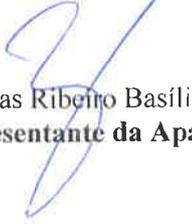


Rafael Negreiros Santos Lima
Representante da Ouvidoria Geral



Pedro Antonio de Avellar
Conselheiro

Wagner Ribeiro de Oliveira
Conselheiro



Douglas Ribeiro Basílio
Representante da Apadep

